

## **Direção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural**

Publicação de uma vaga para o cargo de Diretor (m/f) da Direção «Sustentabilidade» (AGRI.B)  
(Grau AD 14)

(Artigo 29.º, n.º 2, do Estatuto dos Funcionários)

COM/2024/10448

### **Quem somos**

A missão da Direção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (DG AGRI) e do seu pessoal consiste em apoiar e promover uma transição ecológica e digital baseada no conhecimento e em dados concretos, de modo a que a agricultura, as zonas rurais e os sistemas alimentares da UE sejam sustentáveis, competitivos e resilientes.

A Direção AGRI.B é uma direção política que visa promover e assegurar a sustentabilidade dos setores agrícola e florestal da UE nas suas dimensões económica, ambiental e social, contribuindo assim para a aplicação do Pacto Ecológico Europeu. A Direção fornece às unidades geográficas análises, orientações e apoio para assegurar a conceção, o desenvolvimento e a execução adequados dos planos estratégicos da política agrícola comum (PAC) e a avaliação do seu desempenho.

A Direção AGRI.B desenvolve e gere igualmente a política de produção biológica no âmbito da PAC, incluindo a execução do plano de ação para o desenvolvimento da produção biológica.

A grande variedade de responsabilidades e setores estratégicos da competência da Direção cria um ambiente de trabalho interessante e desafiante.

A Direção é composta por 4 unidades, nas quais trabalham 100 pessoas.

### **O que propomos**

Um cargo desafiante de Diretor, que será responsável pela Direção «Sustentabilidade» (AGRI.B). O Diretor será incumbido de definir a visão e as orientações sobre a gestão das atividades e dos recursos da Direção e contribuirá para a definição da estratégia global da DG AGRI. Em especial, o candidato deverá:

- Assegurar uma gestão e um planeamento eficazes das atividades da Direção, nomeadamente cumprindo as normas de qualidade previstas;
- Supervisionar e assegurar uma abordagem coerente da aplicação do quadro legislativo que rege as suas áreas de competência no âmbito da PAC;
- Prosseguir a realização dos objetivos económicos, ambientais e sociais da PAC, nomeadamente supervisionando a execução da política de produção biológica;
- Coordenar os trabalhos de elaboração e desenvolvimento da PAC nos setores da sustentabilidade económica, ambiental e social, bem como da produção biológica, em estreita ligação com outras políticas da UE;
- Fornecer às unidades geográficas análises, orientações e apoio para assegurar a elaboração, o desenvolvimento e a execução adequados dos planos estratégicos nacionais e a avaliação do seu desempenho;
- Representar a Comissão junto de outras instituições (em especial, o Parlamento Europeu, o Conselho e o Tribunal de Contas Europeu), dos Estados-Membros e das partes interessadas, incluindo organizações de agricultores e ONG;

- Trabalhar em estreita colaboração e de forma proativa com outros serviços da Comissão, em especial a DG ENV, a DG CLIMA e a DG SANTE e, se for caso disso, com outras instituições da UE, em particular o Parlamento Europeu e o Conselho, no desenvolvimento e execução de políticas com impacto na agricultura.

### **Perfil pretendido (critérios de seleção)**

Os candidatos devem possuir:

#### **Qualidades pessoais**

- Capacidade demonstrada para compreender e integrar diferentes pontos de vista, bem como para apresentar soluções equilibradas de forma proativa e colaborativa;
- Sólidas competências de comunicação e de criação de redes para comunicar de forma eficaz e eficiente com todas as partes interessadas a nível superior e para criar redes eficazes tanto dentro como fora da Comissão;
- Competências de negociação demonstradas e capacidade para representar a Comissão Europeia em contactos de alto nível com outras instituições europeias, com os Estados-Membros e com países terceiros;
- Boa capacidade de avaliação política e grande capacidade diplomática.

#### **Competências e experiência específicas**

- Muito bom conhecimento da política agrícola comum, dos seus principais objetivos, prioridades e instrumentos e da sua interação com outras políticas conexas da UE;
- Muito bom conhecimento dos desafios que se colocam à economia agrícola, florestal e rural europeia no contexto da agenda de sustentabilidade da UE;
- Bom conhecimento da política de produção biológica no âmbito da política agrícola comum, incluindo a sua dimensão internacional;
- Vasta experiência na formulação, desenvolvimento e aplicação de políticas;
- Bom conhecimento e compreensão das prioridades da Comissão, do seu processo de tomada de decisões e das suas práticas e procedimentos administrativos.

#### **Competências de gestão**

- Excelentes competências de gestão e liderança, incluindo a capacidade de orientar, supervisionar e motivar uma equipa multidisciplinar/multicultural e de planejar, hierarquizar prioridades, organizar e acompanhar as suas atividades;
- Excelente capacidade de pensar de forma estratégica e de conceber uma visão clara dos objetivos a alcançar;
- Capacidade para prestar aconselhamento e formular pareceres a nível estratégico sobre o desenvolvimento das políticas agrícolas;

- Experiência comprovada na gestão de recursos e capacidade para trabalhar de forma flexível, nomeadamente em termos de afetação de recursos entre as diferentes unidades.

### **Condições de admissão (critérios de admissibilidade)**

Só serão admitidos à fase de seleção os candidatos que, **até ao termo do prazo de apresentação das candidaturas**, cumprirem os seguintes critérios formais:

- **Nacionalidade:** os candidatos devem ser nacionais de um dos Estados-Membros da União Europeia.
- **Título ou diploma universitário:** os candidatos devem possuir, alternativamente:
  - Habilitações de nível correspondente a um ciclo completo de estudos universitários, comprovadas por um diploma, sempre que a duração normal desses estudos for igual ou superior a quatro anos;
  - Habilitações de nível correspondente a um ciclo completo de estudos universitários, comprovadas por um diploma, e experiência profissional pertinente de, pelo menos, um ano, quando a duração normal desses estudos for igual ou superior a três anos (esse ano de experiência profissional não pode estar incluído na experiência profissional pós-licenciatura abaixo exigida).
- **Experiência profissional:** os candidatos devem possuir, pelo menos, 15 anos de experiência profissional pós-licenciatura<sup>1</sup> a um nível correspondente às habilitações acima mencionadas.
- **Experiência de gestão:** pelo menos cinco anos da experiência profissional pós-licenciatura devem ter sido adquiridos no desempenho de funções de gestão de alto nível <sup>2</sup>.
- **Línguas:** os candidatos devem possuir um excelente conhecimento de uma das línguas oficiais da União Europeia<sup>3</sup> e um conhecimento satisfatório de outra dessas línguas. Durante a(s) entrevista(s), o júri verificará se os candidatos cumprem o requisito relativo a um conhecimento satisfatório de outra língua oficial da UE, pelo que parte da entrevista pode decorrer nessa língua.
- **Limite de idade:** os candidatos ainda não devem ter atingido a idade normal da reforma que, para os funcionários da União Europeia, corresponde ao último dia do mês em que atingem 66 anos de idade [ver artigo 52.º, alínea a), do Estatuto dos Funcionários<sup>4</sup>].

---

<sup>1</sup> Para poder ser tida em conta, a experiência profissional tem de constituir uma verdadeira relação de trabalho, definida como real, genuína e remunerada, envolvendo uma atividade por conta de outrem (qualquer tipo de contrato) ou a prestação de um serviço. As atividades profissionais exercidas a tempo parcial são calculadas proporcionalmente, com base na percentagem certificada de horas de trabalho a tempo inteiro. As licenças de maternidade, de paternidade e de adoção concedidas no âmbito de um contrato de trabalho são tomadas em consideração. Os doutoramentos são equiparados a experiência profissional, mesmo que não remunerada, embora por um período máximo de três anos, desde que o doutoramento tenha sido concluído com êxito. Cada período de tempo só conta uma vez.

<sup>2</sup> No seu *curriculum vitae*, os candidatos devem indicar claramente, em relação a todos os anos em que adquiriram experiência de gestão, os elementos seguintes: (1) a designação e a natureza dos cargos de gestão exercidos; (2) o número de efetivos sob a sua responsabilidade no âmbito dessas funções; (3) a dimensão dos orçamentos geridos; (4) o número de graus hierárquicos superiores e inferiores; e (5) o número de cargos de grau equiparável.

<sup>3</sup> <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A01958R0001-20130701>

<sup>4</sup> <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A01962R0031-20140701>

## **Seleção e nomeação**

O processo de seleção e nomeação realizar-se-á em conformidade com os procedimentos de seleção e recrutamento da Comissão Europeia (ver: Documento sobre a política relativa aos funcionários superiores<sup>5</sup>).

No âmbito do presente processo de seleção, a Comissão Europeia constituirá um júri de pré-seleção. O júri analisará todas as candidaturas, procederá a uma primeira verificação da sua elegibilidade e, tendo em conta os critérios de seleção acima referidos, identificará os candidatos com o perfil mais adequado, que poderão ser convocados para uma entrevista com o júri de pré-seleção.

Após as entrevistas, o júri de pré-seleção elaborará as suas conclusões e proporá uma lista dos candidatos a convocar para outras entrevistas com o Comité Consultivo de Nomeações da Comissão Europeia (CCN). Tendo em conta as conclusões do júri de pré-seleção, o CCN decidirá dos candidatos a convocar para uma entrevista.

Os candidatos convocados para uma entrevista com o CCN passarão um dia completo num centro de avaliação gerido por consultores externos em recursos humanos. Tendo em conta os resultados da entrevista e o relatório do centro de avaliação, o CCN elaborará uma lista restrita dos candidatos que considera aptos para o cargo em causa.

Os candidatos que figurem na lista restrita do CCN serão entrevistados pelo(s) membro(s) competente(s) da Comissão.

Na sequência destas entrevistas, a Comissão Europeia adotará a decisão de nomeação.

O candidato selecionado deve ter cumprido as obrigações impostas pela legislação relativa ao serviço militar, oferecer as garantias de idoneidade moral requeridas para o exercício das suas funções e estar fisicamente apto para tal.

Deve possuir um certificado de credenciação de segurança válido ou estar em condições de o obter junto da respetiva autoridade nacional de segurança. A credenciação de segurança pessoal é uma decisão administrativa tomada após a conclusão de um inquérito de segurança efetuado pela autoridade nacional de segurança competente, em conformidade com as disposições legislativas e regulamentares nacionais aplicáveis nesse domínio, que certifica que uma pessoa pode ser autorizada a aceder a informações classificadas até um determinado nível. (Note-se que o procedimento necessário para a obtenção de um certificado de credenciação de segurança só pode ser iniciado a pedido do empregador e não pelo candidato).

O candidato selecionado só poderá aceder a informações classificadas da UE (ICUE) de nível igual ou superior a CONFIDENTIEL UE/EU CONFIDENTIAL e participar em reuniões em que essas informações sejam abordadas depois de emitido o certificado de credenciação de segurança pessoal pelo Estado-Membro em causa e de concluído o processo de credenciação com as informações legalmente obrigatórias da Direção de Segurança da Comissão Europeia.

## **Igualdade de oportunidades**

Em conformidade com o artigo 1.º-D do Estatuto dos Funcionários, a Comissão Europeia persegue o objetivo estratégico de alcançar a igualdade de género a todos os níveis de gestão até ao final do seu atual mandato e aplica uma política de igualdade de oportunidades incentivando candidaturas que

---

<sup>5</sup> [https://commission.europa.eu/jobs-european-commission/job-opportunities/managers-european-commission\\_en#vacancies](https://commission.europa.eu/jobs-european-commission/job-opportunities/managers-european-commission_en#vacancies)  
(existe unicamente em inglês)

sejam suscetíveis de contribuir para uma maior diversidade, uma maior igualdade de género e um maior equilíbrio geográfico global.

### **Condições de emprego**

A remuneração e as condições de emprego estão estabelecidas no Estatuto dos Funcionários.

O candidato selecionado será recrutado como funcionário de grau AD 14. Será classificado no escalão 1 ou 2 desse grau, consoante a duração da sua experiência profissional anterior.

O candidato selecionado deverá observar a exigência prevista no Estatuto dos Funcionários que determina que todos os novos funcionários devem concluir com êxito um período de estágio de nove meses.

O local de afetação é Bruxelas (Bélgica).

### **Independência e declaração de interesses**

Os candidatos devem apresentar uma declaração na qual se comprometem a agir no interesse público e com independência, e declarar quaisquer interesses que possam prejudicar a sua independência.

### **Informações importantes para os candidatos**

Recorda-se aos candidatos que os trabalhos dos júris são confidenciais. Nem os candidatos nem quaisquer outras pessoas agindo em seu nome estão autorizados a contactar, direta ou indiretamente, os membros do júri. Todos os pedidos de informação devem ser enviados para o secretariado do respetivo júri.

### **Proteção de dados pessoais**

A Comissão Europeia assegura que os dados pessoais dos candidatos sejam tratados em conformidade com o disposto no Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho <sup>6</sup>. Estas disposições aplicam-se, em particular, à confidencialidade e à segurança dos dados.

### **Processo de candidatura**

Antes de apresentarem a sua candidatura, os candidatos devem verificar cuidadosamente se cumprem todas as condições de admissão (critérios de admissibilidade), em especial no que se refere aos tipos de diplomas e à experiência profissional de alto nível, bem como às competências linguísticas exigidas. O não cumprimento de alguns desses critérios implica a exclusão automática do processo de seleção.

---

<sup>6</sup> Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos e organismos da União e à livre circulação desses dados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 45/2001 e a Decisão n.º 1247/2002/CE (JO L 295 de 21.11.2018, p. 39).

Caso pretenda candidatar-se, deverá inscrever-se no sítio Web seguidamente indicado e seguir as instruções relativas às diferentes fases do processo:

<https://ec.europa.eu/dgs/human-resources/seniormanagementvacancies/>

Os candidatos devem ter um endereço de correio eletrónico válido, que será utilizado para confirmar a sua inscrição, bem como para manter o contacto ao longo de todo o processo. Por conseguinte, a Comissão Europeia deve ser informada de qualquer alteração deste endereço eletrónico.

Para completar a candidatura, os candidatos devem apresentar, por via eletrónica, um CV em formato PDF, de preferência utilizando o modelo do CV Europass<sup>7</sup>, e uma carta de motivação (com 8 000 caracteres, no máximo). Os CV e as cartas de motivação dos candidatos podem ser apresentados em qualquer uma das línguas oficiais da União Europeia.

É do interesse dos candidatos garantir a exatidão, a exaustividade e a veracidade dos dados constantes do respetivo processo de candidatura.

Uma vez terminado o processo de inscrição em linha, os candidatos receberão uma mensagem eletrónica a confirmar que a sua candidatura foi registada. **Se o candidato não receber uma mensagem eletrónica de confirmação, tal significa que a candidatura não foi registada.**

Os candidatos não poderão acompanhar em linha a evolução da sua candidatura. A Comissão Europeia contactá-los-á diretamente para os informar a esse respeito.

**As candidaturas enviadas por correio eletrónico não serão aceites.** Para mais informações e/ou em caso de problemas técnicos, os candidatos devem enviar uma mensagem eletrónica para: [HR-MANAGEMENT-ONLINE@ec.europa.eu](mailto:HR-MANAGEMENT-ONLINE@ec.europa.eu)

Compete aos candidatos concluir a inscrição eletrónica no prazo fixado. Recomenda-se vivamente que não esperem pelos últimos dias para apresentar a candidatura, pois uma saturação das linhas ou uma falha da ligação à Internet podem interromper a inscrição em linha antes da sua conclusão, obrigando a repetir todo o processo. Depois de terminado o prazo de apresentação das candidaturas, deixa de ser possível introduzir quaisquer dados. Não serão aceites inscrições fora de prazo.

### **Data-limite**

A data-limite para o registo das candidaturas é **13 de maio de 2024, às 12h00 (meio-dia), hora de Bruxelas**, após o que as inscrições em linha deixarão de ser possíveis.

---

<sup>7</sup> Para informações sobre a elaboração de um CV Europass, consulte: <https://europa.eu/europass/pt/create-europass-cv>